

Marcello Caetano no (Jornal do) Brasil

Repercussões da direita portuguesa
na ditadura militar (1968-1974)

Marcello Caetano in (Journal of) Brazil

Repercussions of the Portuguese Right
in the Military Dictatorship (1968-1974)

FRANCISCO PALOMANES MARTINHO¹

<http://orcid.org/0000-0001-7859-9533>

¹Departamento de História

Universidade de São Paulo

Avenida Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária,

São Paulo, SP, 05.508-900, Brasil

fcpmartinho@gmail.com

RESUMO O presente texto tem por objetivo analisar a presença de Marcello Caetano, último ditador do Estado Novo português, nas páginas do *Jornal do Brasil*. O período analisado será o de seu governo, entre sua posse como Presidente do Conselho de Ministro em setembro de 1968 e sua queda em abril de 1974.

PALAVRAS CHAVE Marcello Caetano, direitas políticas, *Jornal do Brasil*

ABSTRACT The present text aims to analyze the presence of Marcello Caetano, the final dictator of the Portuguese *Estado Novo*, in the pages of *Jornal do Brasil*. The period under review will be that of his government, between his taking office as President of the Council of Ministers in September 1968 and his downfall in April 1974.

KEYWORDS Marcello Caetano; political rights; *Jornal do Brasil*

Recebido: 29 nov.2018 | Revisto pelo autor: 17 jan. 2019 | Aprovado: 04 mar. 2019

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000200010>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 68, p. 631-660, mai/ago 2019



Marcelo José das Neves Alves Caetano (1906-1980), o “segundo nome” do Estado Novo português,¹ foi um jurista, professor universitário e historiador do Direito. Ao mesmo tempo, desde sua juventude, manteve uma intensa atividade política e ocupou postos de relevância no regime: membro da primeira Comissão Executiva (1933-34) e depois presidente da União Nacional (1947-49), o partido único da ditadura; Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1940-44); ministro das Colônias (1944-47); presidente da Câmara Corporativa (1949-55); e, por fim, ministro da Presidência (1955-58). Em 1958, no rescaldo da crise provocada pela candidatura oposicionista do general Humberto Delgado, foi demitido deste último cargo. Em agosto de 1958, logo em seguida à demissão, Caetano afirmou em correspondência a Salazar que se afastava de toda e qualquer atividade pública e que passaria a se dedicar unicamente à Universidade, sua “vocação única”.² Em 1968, no entanto, para a surpresa de alguns e a confirmação de expectativa de outros, foi convidado pelo Presidente da República, o almirante Américo Thomaz, a presidir o Conselho de Ministros, cargo posto em vacância a partir do impedimento físico de António Oliveira Salazar.

Tido como um reformista para muitos, a ascensão de Marcelo Caetano foi vista com algum otimismo e mesmo esperança quanto a uma saída negociada para Portugal. Tanto no que diz respeito à guerra ultramarina iniciada em 1961, quanto no que tange à transição para a democracia. Em alguns textos e pronunciamentos, por exemplo, chegou a apontar para a possibilidade de uma eventual autonomia das colônias portuguesas (Martinho, 2008). As esperadas mudanças, entretanto, ou não vieram ou foram insuficientes: o congelamento de qualquer solução em curto prazo, tanto do problema colonial como da natureza do

1 Sobre o Estado Novo português, entre outros, ver: CRUZ, 1988; PINTO, 2007; PINTO, 1995; ROSAS, 2012; TORRALBA, 2009.

2 Sobre o abandono da vida pública, ver: Correspondência de Marcello Caetano a António Oliveira Salazar. In: ANTUNES, José Freire. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994. p.390. Sobre a vocação para a Universidade, ver: Correspondência de Marcello Caetano para António Oliveira Salazar. In: ANTUNES, José Freire. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994. p.96.

regime, levou à queda da ditadura com golpe de Estado a 25 de Abril de 1974 (Maxwell, 2006). Logo a seguir ao golpe de Estado, Caetano seguiu exilado para o Brasil, onde foi professor da Universidade Gama Filho e manteve intensa atividade intelectual.

O nome de Marcelo Caetano apareceu com constância nos órgãos de imprensa brasileiros sempre que se falava de Portugal. E é significativo o aumento das referências não apenas a Portugal como também a Salazar e Caetano a partir dos anos 1960, principalmente quando do começo das guerras em África. O presente artigo visa analisar a presença de Marcello Caetano em um importante órgão da imprensa brasileira, o *Jornal do Brasil* (JB), privilegiando dois momentos determinantes em sua trajetória política: o início de seu governo, em setembro de 1968, e sua queda em abril de 1974. Pretendemos, sobretudo, cotejar as comparações feitas pelo referido jornal a respeito de Oliveira Salazar e Marcello Caetano, bem como as análises acerca das possibilidades de resolução do problema colonial e transição para a democracia. O período compreendido entre a ascensão de Marcello Caetano ao poder e sua queda coincide, no Brasil, ao início do endurecimento da ditadura com a publicação do AI-5 (Ato Institucional Nº 5) a 13 de dezembro de 1968, e à posse do general Ernesto Geisel, a 15 de março de 1974, e ao consequente processo de transição lenta gradual e segura.³ Até que ponto tal circunstância interferiu nas matérias publicadas é tema que também será abordado no texto.

A ESCOLHA DE MARCELO

A chefia do “Antigo Regime” chegou para Marcelo Caetano a 27 de setembro de 1968. Quase dois meses antes, a três de agosto, António Oliveira Salazar tombou de uma cadeira, sofrendo forte pancada na cabeça. Em alguns dias o que parecia não ter maiores consequências

3 Para uma análise da ditadura e da transição com Geisel, ver, entre outros: NAPOLITANO, 2014; MOTTA, 2018. Para um debate historiográfico acerca das ditaduras portuguesa e brasileira, ver: FREIRE; MARTINHO, 2013.

resultou em estado de coma e a impossibilidade de continuar à frente do executivo português (Meneses, 2010). Diante de tal circunstância, Américo Thomaz, destituiu Salazar do cargo de presidente do Conselho de Ministros⁴ e, frente a outros nomes, escolheu Marcelo Caetano.⁵ É curioso que dois dias antes, no jornal *Folha de São Paulo*, o jornalista português então exilado no Brasil, Victor Cunha Rego, afirmava que Caetano não aceitaria o cargo uma vez que nem o presidente, nem as Forças Armadas permitiriam que governasse com plenos poderes. Cunha Rêgo via-o como um reformista, “antimonarquista e partidário de maior flexibilidade do regime, adaptando-o politicamente à integração económica europeia” (Rêgo, 2004, p.67-68).

Assim que foi divulgada a notícia do acidente e a operação de Salazar, o JB publicou extensa matéria a respeito. Em tom crítico, afirmava que o regime “fascista” de Portugal, centrado na figura do velho ditador ora agonizante, não deixava espaço para sucessores. Nomes havia, mas todos tolhidos pelo método centralizador de Salazar. Em outras palavras, o país encontrava-se, então, sem um “herdeiro possível”.⁶ Dias depois, a 17 de setembro, o JB informava em sua primeira página que Marcelo Caetano surgia como candidato mais provável à sucessão, estando à frente do então ministro dos Negócios Estrangeiros, Alberto Franco Nogueira.⁷ O jornal fazia ainda uma avaliação pessimista da doença de Salazar, dando sinais de que não resistiria por muito tempo.⁸ Curiosamente, na matéria de fundo, assinada pelo Departamento de Pesquisa do JB, em uma análise dos candidatos à sucessão, embora reafirmasse o

4 No Estado Novo português o cargo de Chefe de Governo era ocupado pelo Presidente do Conselho de Ministros, havendo também o Presidente da República, Chefe de Estado. Conforme se verá, o Presidente do Conselho, Caetano, será por diversas vezes chamado de Primeiro-Ministro.

5 As alternativas mais importantes, além de Caetano, eram as de Franco Nogueira, Antunes Varela e Adriano Moreira. MARTINHO, 2016. Sobre o perfil das opções e as razões da escolha de Marcello Caetano, ver: AMARAL, 1996.

6 Oliveira Salazar reage bem à operação na cabeça. *Jornal do Brasil*, 8 set. 1968. p.8.

7 Sobre Franco Nogueira, ver: MARTINS, 1996.

8 Crise aumenta com extrema-unção de Salazar. *Jornal do Brasil*, 17 set. 1968. p.1.

favoritismo de Caetano, dava ênfase exatamente à carreira e ao currículo de Franco Nogueira.⁹ No dia seguinte, nova matéria reafirmava o nome de Caetano como provável sucessor e fazia referência à sua fama de liberal, sobretudo pela postura adotada quando reitor da Universidade de Lisboa por ocasião da crise estudantil do ano de 1962.¹⁰ Naquela data, Marcello Caetano atendera ao pedido de uma comissão de acadêmicos para a realização do “Dia do Estudante”, prevista para 23 de março, uma sexta-feira. O ministro da Educação, Manuel Lopes de Almeida, entretanto, contrariando deliberação favorável anterior, proibiu a realização do evento. Frente ao impasse provocado e à exposição pública de seu nome, Caetano pediu exoneração do cargo de reitor da Universidade. O comportamento de Caetano naquela ocasião fortaleceu a imagem de liberal em comparação com a chamada “linha dura” do regime.¹¹

Voltemos ao JB. Na mesma edição de 18 de setembro, em matéria assinada por Edouard Khavessian, correspondente da *United Press* em Lisboa, o jornal apresentava uma análise da questão colonial. A matéria assinalava a resistência de Salazar a qualquer alteração no sistema ultramarino. O texto fazia referência a uma afirmação de Salazar segundo a qual a saída do homem branco do continente africano, com as descolonizações dos territórios ingleses, franceses e belgas abriu o caminho para o avanço do comunismo no “continente negro”. Referia-se ainda a uma resposta de Salazar a um repórter que o indagara até quando Portugal permaneceria em África. “Indefinidamente”, disse o ditador.¹²

Em artigo publicado no dia seguinte e assinado por Michel Leleu, a análise recaía sobre as dificuldades do regime na escolha do sucessor.

9 Os seis herdeiros de Salazar. *Jornal do Brasil*, 17 set. 1968. p.2.

10 Marcelo Caetano está cotado para a sucessão. *Jornal do Brasil*, 18 set. 1968. p.9.

11 Sobre a Crise Acadêmica de 1962, ver: BEBIANO, Rui. *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 2003. Nas páginas do JB também saíram matérias sobre o tema, bem como à atuação de Marcello Caetano no episódio: Vitoriosa a greve dos estudantes lisboetas, que suspendem luto acadêmico. *Jornal do Brasil*. 28 mar. 1962. p.2. Reitor da Universidade de Lisboa demite-se em apoio à greve dos estudantes. *Jornal do Brasil*, 6 abr. 1962. p.2.

12 KAVESSIAN, Edouard. Retirada da África, a tragédia banca. *Jornal do Brasil*, 18 set. 1968. p.9.

Uma escolha que, segundo a matéria, se daria “amanhã”, ou seja, no dia 20 de setembro. Para Leleu, a guerra colonial consistia no grande problema que se punha diante da sucessão. Segundo o autor, “a escolha ideal seria um nome solidamente estabelecido nos círculos bancários e financeiros, aceito pelo Exército (que por enquanto parece não apresentar outras exigências) e a bênção da Igreja”.¹³ Para o articulista, este perfil ideal não se adequava à figura de Marcelo Caetano. Afinal de contas, em pleno conflito em África, onde se consumia 40% do orçamento e se mobilizava 120 mil homens, as opiniões de Caetano sobre a questão colonial causavam má disposição entre esferas das Forças Armadas e mesmo de civis (Pinto, 2001). Também a extrema direita portuguesa não via com bons olhos a indicação do catedrático de Lisboa e chegou a aventar, frente às teses de emancipação das antigas colônias, a hipótese de transferência da capital para Luanda como forma de afirmar a natureza pluricontinental do país (Marchi, 2009; Martinho, 2012).

Apesar das incertezas e oposição interna, Marcelo Caetano permaneceu na ribalta como favorito à sucessão. O JB, no dia 20 de setembro, informava a indicação de Caetano, “escolhido pelo Conselho de Estado — de que é membro vitalício — e que a escolha foi referendada pelos chefes militares portugueses antes de ser feita a nomeação pelo Presidente”.¹⁴ A matéria do jornal fez uma interessante análise do perfil do novo presidente do Conselho. Dizia o jornal: “Diz-se que Marcelo Caetano, o futuro dirigente de Portugal é ainda mais conservador que o Primeiro-Ministro Antônio Salazar, ora enfermo. Paradoxalmente, entretanto ele demonstra ter tendências liberais de todo inexistentes nas quatro décadas de governo autoritário de Salazar”.¹⁵ O jornal afirmava que, dentro de certos limites, Caetano poderia introduzir algumas medidas liberais. Uma delas seria a liberdade de imprensa e outra seria alguma flexibilização em uma economia excessivamente estatista. Por fim, afirmava que na condição de ministro das Colônias, cargo que ocupou

13 LELEU, Michel. Portugueses procuram um líder. *Jornal do Brasil*, 19 set. 1968. p.8.

14 Caetano é indicado para suceder Oliveira Salazar. *Jornal do Brasil*, 20 set. 1968. p.2.

15 O novo Primeiro-Ministro. *Jornal do Brasil*, 20 set. 1968. p.2.

entre 1944 e 1947, adotou um programa político de transformação das antigas colônias em “províncias ultramarinas”, tornando os filhos desses territórios cidadãos portugueses de pleno direito. Por fim, na opinião do jornal, Caetano sucederia a Salazar por um período de “um ano ou dois na melhor das hipóteses”.¹⁶ As afirmações do texto, assim, parecem confusas. Ainda que reconheça a existência de setores que viam Caetano mais conservador que Salazar, predominava a tese de que era um liberal. Quanto ao ministério das Colônias, é clara a desinformação do JB. Caetano de fato foi Ministro das Colônias no período supracitado. Entretanto, a revisão constitucional que alterou o nome de Colônias para Províncias Ultramarinas data de 1951 e Caetano se posicionou contrariamente a essas alterações de teor “integracionista” (Martinho, 2016, p.203). E também, como sabemos, sua presença à frente do regime não durou nem um, nem dois anos. Assim, parece que havia mais indagações do que propriamente certezas a respeito do sucessor de Salazar.

No dia seguinte, 21 de setembro, o JB informava que, ante a relutância de Marcelo Caetano em aceitar o cargo, António Mota Veiga, Secretário de Estado da Presidência do Conselho, assumiria a chefia do governo. Diz ainda a matéria que a incerteza de Caetano se devia ao fato de que, caso aceitasse a governação, na prática, não teria plenos poderes.¹⁷ No mesmo dia o jornal informava do esvaziamento da candidatura de Caetano articulada pelo “general Deslandes”. Refere-se aqui ao General de Aeronáutica Venâncio Augusto Deslandes (1909-1985), chefe do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) entre agosto de 1968 e setembro de 1972. De acordo com a matéria, Deslandes via em Caetano um “salazarista liberal”, o que representava um grave risco num quadro de conflito armado nas colônias. Ademais, ainda segundo a matéria, em função da guerra colonial, deveria caber ao Exército a ocupação do poder. Esta tese era, entretanto, refutada pelo presidente Américo Thomaz que receava um impacto negativo por parte das opiniões

16 Idem.

17 Mota Veiga dirige Portugal até se definir a sucessão. *Jornal do Brasil*, 21 set. 1968. p.1.

públicas nacional e internacional.¹⁸ A oposição do general Deslandes a Caetano não é de estranhar. Alto Comissário e Governador Geral de Angola entre 1961 e 1962, Venâncio Deslandes assistiu, por isso, ao início da guerra colonial naquele território. As medidas virulentas por ele tomadas contra o “movimento terrorista” levaram à sua demissão pelo então ministro das Colônias, Adriano Moreira. Forte defensor da permanência do colonialismo português, Deslandes sempre viu com desconfiança as teses “autonomistas” de Marcello Caetano.¹⁹

Mais que a indicação de um civil ou de um militar para a sucessão, parece que a opinião pública internacional mantinha suas preocupações em torno da guerra em África. No dia 23 de setembro o JB informava que a ONU, através de seu Comitê de Descolonização, condenava Portugal pelo emprego de napalm e fósforo branco na Guiné, além de estar se preparando para utilizar “produtos químicos desfolhantes e gases tóxicos”.²⁰ No que tocava à sucessão, as informações mantinham o mesmo padrão desconstruído. Por um lado, informava que Américo Thomaz poderia indicar imediatamente Caetano como “presidente interino” até que se resolvesse o problema de saúde de Salazar.²¹ Por outro, afirmava que Caetano somente assumiria a seguir à morte do ditador.²² De qualquer modo, o jornal reafirmava a centralidade da questão colonial frente à crise sucessória. Em primeiro lugar, reconhecia o caso ímpar de Portugal, que manteve intacto seu império ultramarino apesar dos ventos contrários desde a década de 1950. Afirmava, entretanto, que as colônias deixaram de existir, na medida em que se tornaram “províncias ultramarinas”. Em segundo lugar, reconhecia que o Exército mantinha estável o controle sobre os territórios de Angola e de Moçambique, enquanto

18 STROZENBERG, Armando. General Deslandes esvazia a indicação de Marcelo Caetano. *Jornal do Brasil*, 21 set. 1968. p.2.

19 Sobre a relação dos militares com a política no contexto de guerra colonial, ver: FERREIRA, 1992.

20 Salazar está melhor e já ouviu médicos. *Jornal do Brasil*, 24 set. 1968. p.1.

21 Américo Thomaz quer “Premier” interino. *Jornal do Brasil*, 24 set. 1968. p.11.

22 STROZENBERG, Armando. Marcelo Caetano só assumirá após a morte de Salazar. *Jornal do Brasil*, 24 set. 1968, p.11.

que as dificuldades se revelavam maiores da Guiné. E, dada a crescente importância de Angola e Moçambique, o sucessor teria pouca margem de manobra para alterar o colonialismo português. “A menos que o novo Primeiro-Ministro siga as linhas conservadoras fixadas por Salazar, ele certamente irá provocar hostilidade entre uma estrutura de poder que parece se opor inteiramente a qualquer mudança substancial”.²³

No dia 25 de setembro, o JB dava voz a uma referência da oposição ao salazarismo, o professor Francisco Pereira de Moura, do Instituto Superior de Economia.²⁴ De acordo com o economista, pressões internas impunham a demora de Thomaz para definir logo o nome do sucessor. Tratava-se de uma escolha difícil devido à inexistência um nome capaz de “compor o equilíbrio de todas as facções políticas que mantêm o sistema”. Ainda de acordo com Pereira de Moura, Marcelo Caetano já fora escolhido. No entanto, na medida em que sua indicação poderia representar o “início de mudanças”, com uma “relativa liberalização”, não dispunha de apoio de todas as correntes que sustentavam a ditadura.²⁵

No dia seguinte, ao que parece, o JB já detinha informações mais precisas. Em sua primeira página anunciava que “amanhã”, dia 27 de setembro, Marcelo Caetano assumiria o governo. De acordo com o jornal: “O professor Marcelo Caetano aceitou ontem e tomará posse amanhã no cargo de Primeiro-Ministro de Portugal, em substituição a Oliveira Salazar, segundo informam fontes políticas e militares fidedignas. O anúncio oficial ao país seria feito hoje pelo Presidente Américo Thomaz”.²⁶ A decisão de nomear Caetano terá sido tomada a partir do parecer da Junta Médica que cuidava de Salazar, segundo a qual, mesmo que viesse a se restabelecer, teria apenas 50% de suas faculdades mentais. Não havia, pois, mais o que fazer. Ainda segundo a matéria, entretanto, um “triumvirato militar” composto dos generais,

23 JAMES, Barry. Portugal teme agora por sua velha ordem. *Jornal do Brasil*, 24 set. 1968. p.11.

24 Sobre Francisco Pereira de Moura, ver: LOUÇÃ, 1999.

25 STROZENBERG, Armando. Demora do Presidente não auxilia Caetano. *Jornal do Brasil*, 25 set. 1968. p.2.

26 Caetano toma posse amanhã em Portugal. *Jornal do Brasil*, 26 set. 1968. p.1.

Venâncio Deslandes, Franco Borges, prefeito de Lisboa e do ex-ministro da Defesa Santos Costa, se opunha à nomeação de Caetano. De acordo com o jornal, Caetano se posicionara favoravelmente à independência da Guiné, o que dificultaria o controle sobre Angola e Moçambique.²⁷ Fernando Santos Costa, aqui referido, foi ministro da Defesa de 1944 a 1958, ocasião em que foi demitido do cargo por Salazar. A demissão, que ocorreu juntamente com a de Marcelo Caetano do cargo de ministro da Presidência, consolidou dois campos políticos dentro do regime. De um lado os “marcelistas”, vistos como moderados e liberais e, de outro, os “costistas”, tidos como a representação da linha-dura do Estado Novo (Torgal, 2009, p. 615-673.).

Vale aqui uma breve referência à questão da Guiné. Na verdade, o JB antecipava uma crise que veio a se revelar determinante para a queda do regime. O general António de Spínola, quando ainda governador da Guiné, propôs uma saída negociada para a guerra que se desenvolvia naquele território. A Guiné era a única das colônias portuguesas em que as forças nacionalistas se encontravam em posição de vantagem com relação ao exército de Lisboa. Para Spínola, era determinante uma saída política que não expusesse as Forças Armadas, como ocorrera em 1961, quando da perda de Goa para a União Indiana. A resposta de Caetano, reproduzida em seu livro *Depoimento*, deixou estarrecido o general: “Os exércitos fizeram-se para lutar e devem lutar para vencer, mas não é forçoso que vençam. Se o exército português for derrotado na Guiné depois de ter combatido dentro de suas possibilidades, essa derrota deixar-nos-ia intactas as possibilidades jurídico-políticas de continuar a defender o resto do Ultramar. E o dever do governo é defender todo o Ultramar”.²⁸ Fica claro, deste modo, que sequer com relação ao território guineense Marcello Caetano tinha qualquer intenção em mudar substancialmente a política ultramarina adotada até aquele momento. Não por acaso, como disse António Costa Pinto, a visão de Caetano em

27 Caetano aceita indicação e será empossado amanhã. *Jornal do Brasil*, 26 set. 1969. p.11.

28 CAETANO, Marcelo. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974. p.191. Para as tensões entre Marcello Caetano e António de Spínola, ver: BARBOSA, 2011.

relação à África e à Europa não se distanciava muito daquela defendida por seu antecessor (Pinto, 2005). Corroborando com esta visão tradicionalista, para Caetano naquele momento, a guerra colonial devia ser entendida em sua globalidade, e não colônia a colônia, o que impedia soluções locais (MacQueen, 2004; 1999). Talvez por esse motivo o jornal afirmasse que Caetano, ex-ministro das Colônias, conhecia bem os problemas africanos e que “defende a determinação portuguesa de manter intactas suas conquistas na África”.²⁹ A mesma edição do JB trazia ainda uma matéria sobre o impacto na Grã-Bretanha da sucessão portuguesa. Para o governo de Londres, duas questões eram fundamentais. Por um lado, a natureza autoritária do regime que desagradava tanto liberais como conservadores. Por outro, temia que a descolonização resultasse em um regime “branco” e segregacionista, à semelhança da Rodésia e da África do Sul.³⁰

Finalmente, na edição do dia 27 de setembro, a notícia da posse, que ocorreria naquele dia. A matéria lembrava a afirmação de Caetano de que o regime corporativo português tinha virtudes que lhe permitiam sobreviver sem seu criador.³¹ Na matéria de fundo, o jornal informava que Caetano manteria as linhas gerais do regime salazarista, ainda que procedesse a algumas mudanças no seu ministério. De acordo com o JB, Marcelo Caetano era o principal teórico do Estado Novo. A matéria fazia ainda menção aos grupos oposicionistas que enviaram um manifesto ao presidente da República em favor da dissolução da Assembleia Nacional e da realização de uma “consulta eleitoral honesta”. Dentre os assinantes do manifesto, os escritores Fernando Namora, José Récio e Miguel Torga.³²

No sábado, 28 de setembro, o JB informava os impactos da posse de Marcello Caetano como novo Presidente do Conselho de Ministros. Na matéria, predominava a ideia de que prevaleceriam as continuidades,

29 Caetano aceita indicação e será empossado amanhã. *Jornal do Brasil*, 26 set. 1969. p.11.

30 EVANS, Robert Dervel. Londres teme pelas províncias. *Jornal do Brasil*, 26 set. 1968. p.11.

31 Caetano nomeado oficialmente toma posse hoje em Portugal. *Jornal do Brasil*, 27 set. 1968. p.1.

32 Caetano é nomeado Primeiro-Ministro português. *Jornal do Brasil*, 27 set. 1968. p.9.

ainda que com alguma mudança de estilo. O texto dava ênfase à fala do novo Presidente do Conselho segundo a qual a incompreensão internacional acerca da política portuguesa nos territórios ultramarinos obrigava o governo a adotar medidas de certa restrição às liberdades “que, de outra forma, nos agradaria ver restituídas”.³³ Neste dia, o JB dedicou toda a sua segunda página à posse de Marcelo Caetano. Em destaque, o que considerava de essencial na transição: “Os portugueses passaram ontem, em calma total, do regime salazarista de 40 anos para o Governo de Marcelo Caetano, que se anunciou mais liberal, mas sem concessões ao comunismo nem renúncias ao império. Em meio à indiferença popular, o novo Primeiro-Ministro expôs à nação seu programa, enquanto Salazar continuava lutando contra a morte, mergulhado em profunda coma”.³⁴

Em outras palavras, anunciava-se alguma esperança de liberalização ainda que mediada pelo combate ao comunismo e a permanência do Império no Ultramar. E ainda, a indiferença popular para com a transição. Indiferença talvez decorrente da percepção de que, para as pessoas em geral, pouca coisa mudaria.

Um dos destaques da cobertura jornalística do JB foi o discurso de posse de Marcelo Caetano. Discurso que se iniciava com sua conhecida afirmação de que a partir daquela data Portugal teria que se contentar com os homens comuns. E também que os homens geniais, como Salazar, “aparecem esporadicamente, às vezes com intervalos de séculos, a ensinar os rumos, a iluminar destinos, a adivinhar soluções, mas a normalidade das instituições assenta nos homens comuns”. Além do elogio ao antecessor e do anúncio de um novo tempo de “homens comuns”, Caetano se lembrava das tarefas que a ele se colocavam naquele momento: entre tantas, a “integridade do território”, as “províncias ultramarinas, às quais me ligam tantos e tão afetuosos laços e cujas populações tenho presentes no coração” e, as “Forças Armadas, que

33 Caetano anuncia reformas que não mudam a política de Salazar. *Jornal do Brasil*, 28 set. 1968. p.1.

34 *Jornal do Brasil*, 28 set. 1968. p.2.

vigiam em todo o vasto território português e em algumas partes dele se batem, lutando contra um inimigo insidioso, em legítima defesa da vida, da segurança e do labor de quantos que aí se acolhem à sombra de nossa bandeira”. Por fim, se “continuidade é movimento”, sua governação primária pela busca de soluções criativas para cada desafio que se colocasse à ordem do dia. A permanência da política salazarista não seria, pois, sua reprodução automática.³⁵

Frente ao discurso de Caetano, a reportagem do JB informava que, segundo analistas, “as perspectivas de uma lenta liberalização são mínimas”. Ainda assim, terminava com um tom algo otimista para com a nova governação portuguesa. “Muito embora o novo Primeiro-Ministro seja direitista declarado, não é impermeável em aceitar sugestões de ordem liberal e alenta simpatias pelos jovens estudantes. Há seis anos renunciou ao seu posto de reitor da Universidade de Lisboa em protesto pela ação policial contra manifestações estudantis”.³⁶

Além de uma notícia sobre o impacto da sucessão em Espanha, o JB, através de seu correspondente Armando Strozenberg procurava refletir sobre o futuro de Portugal com Marcelo Caetano baseado em entrevista concedida ao JB. De acordo com a matéria, Caetano, ao invés de se ater à simples formalidade da cerimônia de posse do novo cargo, apresentara um programa de governo a fim de “esvaziar quaisquer descontentamentos que possam surgir” e “dirimir as dúvidas que pairam sobre como se comportará sua administração”. Afirmava ainda que haveria mudanças. “Isto é certo, não só pela própria personalidade do indicado como pela sua sensibilidade maior — absorvida através de muitas viagens e contatos com inúmeros intelectuais, economistas, juristas — cuja consequência básica será, pelo menos, a certeza de que como está não pode continuar”. Ainda assim, as mudanças em curto prazo seriam poucas, mantendo, sobretudo a guerra colonial a fim de não criar dissensões junto

35 Marcelo Caetano fala à nação. *Jornal do Brasil*, 28 set. 1968. p.2.

36 Marcelo Caetano promete manter linha de Salazar. *Jornal do Brasil*, 28 set. 1968. p.2. Aqui, claro está, um erro de digitação. Caetano de fato havia renunciado ao cargo de reitor da Universidade seis anos antes, e não seis meses.

ao Exército, e a estrutura do regime. Das mudanças esperadas, destaque para a liberdade de imprensa e certo afastamento da política econômica anterior. O texto afirmava ainda a esperança das oposições, clandestinas ou não, no sentido de alguma mudança, de “uma nova fase que se inicia em Portugal apesar das poucas possibilidades de ver concretizados seus anseios principais: a anistia e a liberdade sindical”.³⁷ Deste modo, o texto, ainda que esperançoso quanto à possibilidade de algumas mudanças, reconhecia que elas seriam, de imediato, bastante superficiais.

DO ANTIGO REGIME À REVOLUÇÃO

Como se sabe, as esperanças de reformas liberalizantes ou de alteração da política ultramarina com Marcelo Caetano resultaram em profunda frustração. Às vésperas da queda do regime, as notícias estampadas na imprensa brasileira apresentavam um quadro de crise profunda em Portugal. Bem maior que quando de sua posse seis anos antes. Em matéria publicada a seis de março de 1974, o JB informava que a ONU estava a avaliar a situação portuguesa em África. A Comissão de Descolonização das Nações Unidas ouviu três representantes da luta anticolonial, dois de Angola e um de Moçambique. Em comum a crítica à intransigência portuguesa em não aceitar a autodeterminação dos povos e a denúncia contra a utilização de armas químicas sobre aldeias e plantações por parte do Exército de Lisboa. Entretanto, apesar da evidente pressão, o governo de Portugal mantinha-se firme em sua política para a África. Noticiava o JB o discurso de Marcelo Caetano à Assembleia Nacional no qual afirmava que a política ultramarina não se alteraria. E respondia as acusações sofridas pelo regime português: “O nosso dever era paralisar a agressão e castigar os agressores. As nossas tropas não ocupam, asseguram a paz, não atacam, defendem-se”. Assim, o argumento oficial era o de que o território português estava sendo atacado e Portugal se empenhava em defendê-lo em sua integridade. Mais ainda, segundo o JB, o discurso de Caetano punha fim a qualquer boato de modificação

37 STROZENBERG, Armando. O início de uma nova era. *Jornal do Brasil*, 28 set. 1968. p.2.

da política colonial em decorrência do lançamento do livro do ex-governador da Guiné, António de Spínola, *Portugal e o Futuro*.³⁸

De fato, lançado no Carnaval de 1974, o livro causou grande impacto entre os portugueses, transformando-se em imediato sucesso de vendas. Em março do mesmo ano, o livro foi também lançado no Brasil pela editora Nova Fronteira, com prefácio assinado por Carlos Lacerda.³⁹ Sobre o conteúdo da obra, o jornal reproduzia matéria do *The Times*, de Londres. Curiosamente, entretanto, a matéria afirmava que Marcelo Caetano podia concordar com as teses de Spínola, o que representaria uma alteração imediata do quadro de guerra colonial em que o país vivia. Em linhas gerais o texto advogava por uma alternativa federada para as colônias, preferencialmente incluindo o Brasil. Ao mesmo tempo, qualquer solução deveria passar por um projeto multirracial, incluindo brancos, negros e miscigenados. O que seria, para o articulista, um exemplo a ser seguido. “Eis aí, talvez, uma abertura que nem a Rodésia nem a África do Sul deveriam ignorar”.⁴⁰ *Portugal e o Futuro*, no entanto, não foi publicado para contemporizar nem concordar com Marcello Caetano. Desde o acima referido diálogo entre o general e o presidente do Conselho que se sabia qual política o regime iria adotar. Na prática, a mesma adotada por Salazar. E no dia 10 de março, o JB noticiava a repercussão do livro. Informava a matéria que os quartéis de Lisboa se encontravam em estado de alerta. Ainda que não se tivesse explicado formalmente o motivo, ele decorria do “clima reinante nos círculos militares” devido à publicação da obra que formalmente criticava a permanência política ultramarina portuguesa. Dizia ainda o texto que a Assembleia Nacional aprovara, por unanimidade, moção de confiança sobre a política de Caetano para o Ultramar. A fim de opor à ideia de um exército branco contra populações negras, o comandante em chefe das Forças Armadas, general Luiz Cunha, lembrava que em Angola,

38 ONU vê como está Portugal na África. *Jornal do Brasil*, 6 mar. 1974. p.8.

39 SPÍNOLA, António de. *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1974.

40 Livro fala em novo pensamento. *Jornal do Brasil*, 6 mar. 1974. p.8.

45% do contingente militar era composto de nativos angolanos.⁴¹ Portanto, a guerra continuava e crescia a política de propaganda segundo a qual não só o exército não era composto apenas de filhos da Metrópole como também as populações das províncias ultramarinas defendiam, em sua maioria, a permanência dos vínculos com Portugal. Marcelo Caetano, em seu *Depoimento* também se referiu ao caráter “multirracial” das Forças Armadas portuguesas.⁴² Além do texto de Caetano, é fato que diversos são os trabalhos acadêmicos que atestam a integração ao Exército metropolitano de nativos africanos em escala bastante representativa. Principalmente em Angola e Moçambique, o que em parte explica o razoável controle do território em uma guerra que pouco ou nada atingiu as populações civis (Bittencourt, 2008; Cann, 1998).

Voltemos à crise portuguesa. Também o jornalista Carlos Castelo Branco, em sua conhecida “Coluna do Castelo” dedicou uma crônica ao livro do general Spínola. Trata-se de um texto entusiasmado tanto com relação ao autor quanto à política por ele defendida. “Um general português publica um livro em Lisboa e da noite para o dia se torna uma estrela de brilho internacional”. Assim começa a crônica do Castelinho, como era chamado o jornalista. Para ele, o mais significativo era o fato de que suas teses batiam de frente com a política ultramarina de um governo ao qual servia na condição de subchefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas portuguesas. Castelinho refere-se à solução federalista defendida por Spínola e cita a tese do general de que uma solução militar frente a uma guerra subversiva era inviável, “a menos que se possuam ilimitadas capacidades para prolongar indefinidamente a guerra, fazendo dela uma instituição”. O que chamava a atenção do cronista era o fato de que Spínola não fora demitido e sequer qualquer moção de censura recebera. E mais: aparecia como alternativa concreta à sucessão de Caetano. “O que afinal nos induz a admitir que novos ventos estão soprando no decantado “jardim à beira-mar plantado”. Castelinho fazia referência também às opiniões de Spínola sobre o papel

41 Portugal põe tropas em alerta. *Jornal do Brasil*, 10 mar. 1974. p.14.

42 CAETANO, Marcelo. *Depoimento*, 1974. p.189-204.

a ser desempenhado pelo Brasil em uma eventual comunidade lusíada. Claro está que as autoridades brasileiras não se pronunciariam sobre teses acerca do futuro de outra nação. Mas ainda assim, *Portugal e o Futuro* repercutia nos altos escalões da ditadura. “Tanto assim que o General Carlos Alberto da Fontoura, sabatinado na sexta-feira passada pela Comissão de Relações Exteriores no Senado a fim de ter seu nome aprovado para chefiar a Embaixada do Brasil em Lisboa não escondeu suas simpatias pelas teses do General português”.⁴³

No dia seguinte, o JB publicava matéria do jornal londrino *The Economist* sobre o livro e seu autor. O texto indagava se António de Spínola tinha a intenção de tornar um De Gaulle de Portugal, em referência ao general francês responsável pela descolonização francesa e que, por ser militar, encontrava-se em melhores condições de protagonizar o processo descolonizador na Argélia. O que, em tese, também seria o caso do general Spínola. Ainda assim, reconhecia que os propósitos expressos em *Portugal e o Futuro* não eram os mesmos da França, onde se verificou uma ruptura formal entre colonizador e ex-colonizado, enquanto que o general português advogava em seu livro uma federação de Estados com estatuto de independência. Para o articulista, o livro poderia resultar em uma reação da direita, o que ajudaria Marcelo Caetano em uma proposta federalista, ainda que com alguma cautela, uma vez que havia correntes contrárias a qualquer projeto que alterasse o sistema colonial português. Citado como provável sucessor do almirante Thomaz, Spínola era retratado como homem de visão, sobretudo ao propor soluções políticas em lugar da manutenção do conflito.⁴⁴ De fato, como antes salientado, um dos temas mais caros à extrema-direita portuguesa era a permanência do colonialismo. O trecho a seguir, da revista *Política*, periódico que congregava diversas correntes oposicionistas à direita de Marcelo Caetano, é exemplar quanto ao tema:

43 Castelo Branco, Carlos. Novos ares em Portugal. *Jornal do Brasil*, 11 mar. 1974. p.4.

44 Um herói sem vitória. *Jornal do Brasil*, 12 mar. 1974. p.9.

Não lutamos especialmente para defender as populações de um determinado território, em determinado tempo, nem para lhe dar mais e melhores alimentos, remédios, instalações, possibilidades e riquezas económicas e espirituais; se outrem lhe pudesse dar mais, nós não cederíamos. Não lutamos especialmente porque os terroristas torturam, matam e pilham; se eles fossem bonzinhos, nós não cederíamos. Não lutamos especialmente porque as populações nativas estão impreparadas para o governo autónomo, para quadros de administração e de cultura; se estivessem preparadas nós não cederíamos. [...]. Mas aquilo porque lutamos especialmente é porque o Ultramar é o nosso destino, fatal, a nossa vocação inata, o mandado de Deus exprimindo-se no nosso querer”.⁴⁵

Talvez, neste caso, o artigo do *The Economist* tenha algo de razão ao afirmar que: “Para Portugal, um dos países mais pobres da Europa, perder Angola e Moçambique equivaleria quase que perder a sua razão de existir”.⁴⁶ Não era assim para Portugal como um todo, mas o era para alguns portugueses.

De qualquer forma, era nítido o incômodo nas hostes governistas de Lisboa para com o livro. Em passagem pelo Brasil para a posse do general Ernesto Geisel na presidência da República, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Rui Patrício, dizia-se surpreendido com o impacto e o sucesso do livro. Para ele, o fato mais engrandecedor do episódio foi a decisão do governo português em não censurar a obra.⁴⁷

Se o livro de António de Spínola não gerou a crise política em Portugal, por certo que a tornou mais evidente. E aprofundou-a, tanto interna como externamente. O fosso entre correntes políticas dentro do regime era claro. O JB informava do inconformismo de Américo Thomaz com a permanência tanto de Spínola, vice-chefe do EMGFA, como do general Francisco da Costa Gomes, seu chefe imediato. Ao mesmo tempo,

45 Ultramar, a atitude necessária. In: *Política*. n. 19, p.3. 30 set. 1970.

46 Um herói sem vitória. *Jornal do Brasil*, 12 mar. 1974. p.9.

47 Interesse por livro surpreende Rui Patrício. *Jornal do Brasil*, 14 mar. 1974. p.9.

aventava a possibilidade de um golpe de Estado protagonizado por correntes favoráveis à perpetuação da política ultramarina portuguesa e sob o beneplácito do presidente da República que já teria pensado em um substituto para ocupar a cadeira de Marcello Caetano.⁴⁸ Mais ainda, o livro de Spínola trazia à ribalta o engajamento político das Forças Armadas, cada vez mais crescente em Portugal.

No dia 13 de março, o JB noticiava que “seis altos oficiais do Exército de Portugal foram transferidos para as ilhas dos Açores e 50 capitães e maiores detidos nos últimos dias por divergirem da política africana do Governo”. Segundo o jornal, fontes oficiais do regime haviam dito que as prisões nada tinham a ver com a publicação de *Portugal e o Futuro*, mas decorriam da insatisfação de militares com “o ritmo de suas promoções em comparação com a de civis recrutados para o serviço militar” e que “elementos externos tentaram tirar proveito da situação”.⁴⁹ Esta foi a primeira vez que o JB se referia ao Movimento dos Capitães, informando que entre suas reivindicações constava a renúncia dos ministros da Defesa, Silva Cunha, e do Exército, general Andrade e Silva. E mais, informava ainda que cerca de 100 capitães havia anunciado a decisão de renunciar às suas carreiras, caso o general Spínola viesse a ser destituído do cargo.⁵⁰ No mesmo dia, o jornalista Carlos Alberto Dunshee de Abrantes fazia uma análise da crise portuguesa. Utilizava como ponto de partida para seu texto a participação de um representante da Guiné na Conferência Diplomática sobre o Direito Internacional Humanitário Aplicável aos Conflitos Armados. Participação, neste caso, com reconhecimento formal de Estado em Conferência da qual participaram

48 Política africana provoca crise no Governo português. *Jornal do Brasil*, 12 mar. 1974. p.11.

49 De fato, um dos primeiros fatores que levaram à mobilização dos militares foi a publicação, em meados de 1973, de dois decretos que permitiam a capitães milicianos, não pertencentes ao quadro permanente das Forças Armadas e que pretendiam nele ingressar, a fazerem um curso acelerado de dois anos. Enquanto isso, os militares de carreira precisavam de quatro anos de formação. A iniciativa do governo era suprir de forma rápida a falta de oficiais em uma guerra em três frentes de combate. No entanto, ela gerou descontentamento e mobilização por parte dos efetivos. Ver: REZOLA, 2004.

50 Prisão de oficiais em Lisboa agrava crise. *Jornal do Brasil*, 13 mar. 1974. p.3.

também representantes de outros 14 movimentos de libertação, incluindo Angola e Moçambique. Para Dunshee de Abranches, apesar da recusa de Marcelo Caetano, a solução federalista era um caminho, uma terceira via possível entre a ruptura unilateral e a permanência na posição subserviente de colônia.⁵¹

Afinal, no dia 15 de março, o JB anunciava a demissão dos generais Spínola e Costa Gomes. Informava ainda que no mesmo dia uma cerimônia com mais de 200 oficiais prestava lealdade a Marcello Caetano. No Brasil, Rui Patrício salientava que Portugal não cederia a pressões externas.⁵² Quanto aos cerca de 200 oficiais que se dirigiram ao Palácio de São Bento para prestar apoio a Marcelo Caetano, o episódio ficou conhecido como a “brigada do reumático” em virtude da avançada idade de muitos deles, alguns já na reserva. A cerimônia, no final das contas, mais serviu para demonstrar fraqueza do que força das relações do regime com as Forças Armadas.

A crise portuguesa se alastrava de tal forma e evidenciava a ilegitimidade do regime que a imprensa brasileira cada vez mais se expressava em tom oposicionista. Para o JB, em edital, tornava-se inviável o apoio brasileiro ao Estado Novo:

O Governo do Sr. Marcelo Caetano deseja o apoio brasileiro — mas nos termos portugueses, exclusivamente portugueses, como se fossemos ainda um país sem soberania e sem interesses nacionais, um dos quais é a preservação da lusofonia em África. Rejeita nossa a opinião porque ela significa intervenção não desejada em assuntos internos de Portugal, ainda que eles digam respeito também ao resto da África. E gostaria de ter nosso apoio, sem a nossa opinião, nos rumos da Comunidade Luso-Brasileira que tem uma dimensão africana.⁵³

51 ABRANTES, Carlos A. Dunshee de. Dilema e profecia. *Jornal do Brasil*, 13 mar. 1974. p.7.

52 Generais são destituídos em Portugal. *Jornal do Brasil*, 15 mar. 1974. p.1.

53 Sem Alternativa. *Jornal do Brasil*, 16 mar. 1974. p.7.

Afirmava ainda a matéria tratar-se de um colonialismo “anti-histórico do Governo de Lisboa” e daí a razão de votar contra a política externa de Portugal em todos os fóruns internacionais.⁵⁴

No dia seguinte, o jornal noticiava a tentativa de levante do Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha.⁵⁵ Tentativa de golpe fracassada que, no entanto, de acordo com Otelo Saraiva de Carvalho, fez o regime imaginar que o foco de oposição militar ao regime estava de vez sufocado (Carvalho, 1984).

Ainda em março, no dia 26, o JB dedicava um novo editorial à crise portuguesa. Afirmava o jornal que a melhor forma de o Brasil manter seus laços de afetividade com Portugal era “fazer sentir o Governo do Primeiro-Ministro Marcelo Caetano que sua intransigente política em relação à África envereda pelo caminho do impasse”. O editorial afirmava que, se até o lançamento do livro do general Spínola e o levante das Caldas da Rainha era possível crer na unanimidade do país com relação à sua política colonial, aqueles eventos evidenciavam o contrário. Mais: as Forças Armadas envolvidas em três frentes de combate não se dispunham mais a manter o silêncio que se espera da disciplina militar. Assim, ao que parece, o regime abria mais uma frente africana. Só que desta vez “em pleno território metropolitano”. Aliás, ao contrário do regime, o JB considerava que o “levante das Caldas” longe de dirimir de vez a crise, representava “sintomas dos mais graves”. Assim, mais uma vez defendia que o Brasil votasse contra Portugal nos organismos internacionais. Em referência ao caso francês, afirmava o JB que o Brasil cometera o erro de não apoiar o nacionalismo argelino. E que tal erro não se deveria repetir. “Se não adotarmos essa posição, assumiremos o risco de incorrer na futura inimizade dos países africanos de fala portuguesa e, em última análise, de Portugal, onde forças sólidas e dignas começam a criar uma resistência clara ao Governo”. Assim, já previa o JB a eventual queda do regime. E percebia o crescente isolamento da ditadura. “Só uma coisa aumenta em torno do Governo Caetano e sua

54 Idem.

55 Portugal debela motim em regimento de cavalaria. *Jornal do Brasil*, 17 mar. 1974.

política africana: a solidão. [...]. O Brasil não pode continuar dando apoio à solidão do Primeiro-Ministro”.⁵⁶

Quatro dias depois, novo editorial se dedicava ao problema africano. Referia-se o JB a uma visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores do Senegal, Assane Seck, para quem eram infundadas as afirmações de que uma saída portuguesa do conflito levaria à formação de regimes racistas na África portuguesa. Ao contrário, considerava o diplomata que a tendência seria exatamente uma relação privilegiada das novas nações com Brasil e Portugal, como fez a Argélia com a França. Em concordância com o diplomata senegalês, o JB previa um desastre absoluto para Portugal: “A insistir na sua orientação atual matará com a mesma cajadada dois coelhos: as colônias e os amigos”. Por esse motivo apontava qual deveria ser a opção brasileira: “O Brasil precisa definir sua opção anticolonialista, que começa a ser a das próprias classes armadas de Portugal”.⁵⁷

O tamanho da crise portuguesa fez o JB enviar o jornalista José Silveira a fim de acompanhá-la de perto. Em reportagem de página inteira, além de extenso texto do próprio Silveira, o JB publicava três documentos assinados pelo Movimento das Forças Armadas. Silveira chamava a atenção para o fato de que o livro de Spínola fora publicado graças a parecer favorável de seu superior imediato, o general Costa Gomes. Se o conteúdo do livro não chegou a ser uma surpresa, posto que muitos já defendiam em Portugal uma solução federada, o mesmo não se deve dizer do conteúdo do parecer de Costa Gomes, que não por acaso foi proibido de circular em Portugal. Para Costa Gomes, “o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o General Spínola acaba de prestar desta forma ao país serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha”. Além disso, Silveira chamava atenção para o fato de que a reação do governo português ao levante do Regimento das Caldas foi excessivamente moderada,

56 Apoio a Portugal. *Jornal do Brasil*, 26 mar. 1974. p.8.

57 Opção Africana. *Jornal do Brasil*, 30 mar. 1974. p.7.

evidência de sua fragilidade frente à corporação militar que supostamente deveria comandar.⁵⁸

Dias depois, mais uma vez na coluna de Carlos Castelo Branco, uma análise de Portugal, de seu regime e de sua crise política. Já no título o texto chama atenção: “Fim de regime em Portugal”. Afirmava Castelinho que poucos países, “fora do mundo socialista desfrutaram de uma situação de estabilidade política e social tão prolongada quanto esse pequeno país, no entanto a guardar na sua paz problemas que, uma vez eclodidos não foram suprimidos pela força, pressuposto do regime, nem pela inteligência, pressuposto da ação política”. Por este motivo, para o jornalista, a questão ultramarina trouxera para dentro de Portugal problemas inéditos a um regime “acostumado até aqui apenas a reprimir greves em Coimbra ou manifestações intelectuais em Lisboa”. Se para Castelinho, Salazar expressava uma concepção rígida e doutrinária, Marcelo Caetano, “terá ensaiado soluções que não poderiam deixar de ser tímidas na medida em que a opinião pública portuguesa não se preparara para receber um certo tipo de informações e muito menos certo tipo de decisões”. Assim, para o colunista, Caetano terá buscado alternativas ao final vedadas pela “atmosfera conservadora” do país. “Suas tendências liberais terminaram por não abrir qualquer caminho”. Fazia ainda críticas à falta de democracia e ausência de eleições, aliás, não só em Portugal como também no ultramar. “Portugal, Angola, Moçambique, Guiné e demais territórios incorporados à Nação portuguesa são alvo agora da mesma inquietação e co-responsáveis por decisões que só podem ser tomadas sob o império da liberdade”.⁵⁹

Castelinho não podia prever o Golpe de Estado do dia 25 de abril. E muito menos que o golpe se transformasse na revolução que pôs fim à longa ditadura do Estado Novo. Mas seguramente não era o único a perceber que a fragilidade da ditadura era tal que mais cedo ou mais tarde ela cairia. Afinal, no dia 26 de abril, a primeira página do JB anunciava a queda do Estado Novo português. O texto que acompanhava a

58 SILVEIRA, José. Portugal depois de Spínola – I. *Jornal do Brasil*, 10 abr. 1974. p.8.

59 CASTELLO BRANCO, Carlos. Fim de regime em Portugal. *Jornal do Brasil*, 14 abr. 1974. p.4.

manchete, “Junta controla Portugal e anuncia Constituinte” informava que a Junta Militar, chefiada pelo general Spínola, anunciara a convocação de uma “Assembleia Constituinte pelo voto direto — primeiro passo para a escolha do futuro Presidente da República”. Além disso, afirmava o documento, que iria “assegurar as liberdades de expressão e pensamento e respeitar os compromissos internacionais decorrentes de tratados firmados”. Quanto ao presidente do Conselho, Marcelo Caetano, informava o texto que o mesmo se entregara juntamente com dois ministros e partira para o exílio no Funchal, Ilha da Madeira.⁶⁰

Carlos Castello Branco, em sua coluna, afirmava que Marcelo Caetano, no início de seu governo, mostrara sensibilidade para mudar um país parado no tempo, legado de seu antecessor, Oliveira Salazar. Sobretudo o legado colonial, uma vez que “Portugal recorreu à guerra sem olhar em torno de si, no mundo em volta, onde Inglaterra e França esvaziaram seu poder colonial para preservar na África sua influência econômica e cultural”. O empenho de Caetano contra o “conservantismo” português terá, entretanto, fracassado. O texto mantinha-se otimista quanto à possibilidade de eleições, inclusive em África, e à constituição de uma comunidade lusófona em moldes federais.⁶¹ Na mesma página o JB publicava matéria relatando o crescente isolamento externo de Portugal. Lembra que este processo isolacionista começou já em 1952, antes do ingresso de Portugal na ONU, ocorrido apenas em 1955. Naquele ano, documento assinado por 500 angolanos denunciava seus tratados contra a população nativa e clamava para que a ONU interferisse a fim de banir o colonialismo português nos territórios africanos. Em seguida, uma série incontável de constrangimentos nos fóruns internacionais, sobretudo a partir da década de 1960. Destaque para a exclusão da UNESCO em 1965 e da OIT em 1972. Mais grave ainda as homenagens póstumas ao líder nacionalista Amílcar Cabral em março de 1973, ocasião em que a Assembleia Geral da ONU exigiu a retirada das tropas portuguesas em África. Por fim, mas não menos grave,

60 Junta controla Portugal e anuncia Constituinte. *Jornal do Brasil*, 26 abr. 1974. p.1.

61 CASTELLO BRANCO, Carlos. A libertação de Portugal. *Jornal do Brasil*, 26 abr. 1974. p.4.

a crescente oposição da Igreja Católica, iniciada quando da visita dos líderes dos movimentos nacionalistas africanos ao papa Paulo VI, que os recebeu em audiência privada em 1970. Para o texto, as escolhas do regime português, sobretudo no que tange ao ultramar, colocaram Portugal “à margem do mundo”.⁶² Também em editorial o JB manifestava seu contentamento com o golpe de 25 de Abril. Para o jornal, a queda do regime “foi o reconhecimento, de fato, de que a opinião pública portuguesa exigia caminhos novos para o país que há 13 anos se exauria numa guerra inglória em suas colônias da África”. O jornal elogiava ainda o rápido reconhecimento do novo governo português por parte do governo brasileiro. O que garantia ao Brasil papel de negociador nas novas relações que se estabeleceriam entre os novos Estados de língua portuguesa. “Já estava Brasília suficientemente afastada do oficialismo de Lisboa para poder oferecer, sem ressalvas, seus préstimos diplomáticos e econômicos”.⁶³ Se alguns articulistas insistiam na caracterização de Marcelo Caetano como um liberal, outras fontes afirmavam o contrário. Em breve matéria intitulada “Os personagens da História”, e que fazia referência a António de Spínola, Américo Thomaz e o próprio Caetano, o jornal assim qualificava o ex-presidente do Conselho: “Na realidade, por sua origem familiar e sua formação universitária era um homem de direita muito próximo dos radicais, denominados ultra. Inclusive esteve ligado a Salazar durante quase 40 anos”.⁶⁴

Depois de quase um mês preso no Funchal, Marcello Caetano e Américo Thomaz partiram para o Brasil onde chegaram a 20 de maio na condição de exilados. A recepção dos antigos dirigentes do Estado Novo português foi discreta, estando presente apenas o ex-reitor da Universidade de São Paulo e ex-ministro da Justiça da ditadura militar, Luis Antônio da Gama e Silva. Na matéria de primeira página constava ainda uma declaração do matemático português José Cardoso Morgado,

62 Portugal à margem do mundo. *Jornal do Brasil*, 26 abr. 1974. p.4.

63 Brasil-Portugal. *Jornal do Brasil*, 26 abr. 1974. p.6. Sobre a política brasileira no processo de descolonização português, ver: CARVALHO, 2014.

64 Os personagens da História. *Jornal do Brasil*, 26 abr. 1974. p.9.

exilado no Brasil, que lamentava o aceite do regime brasileiro em abrigar Thomaz e Caetano: “deveriam ter ficado para serem julgados pelos seus crimes. Em 1910 a República optou pela expulsão da família real, mas esta família não tinha crimes contra o povo, como os Srs. Américo Thomaz e Marcelo Caetano”.⁶⁵

CONCLUSÃO

As matérias a respeito de Portugal e de Marcello Caetano aqui vistas obedeceram a certo padrão. Em primeiro lugar, a crise portuguesa era quase que centrada na questão colonial e na insistência do regime português em manter suas possessões ultramarinas. Foi através desse vetor que os jornalistas brasileiros mais criticaram o regime. Mesmo quando se falava em democracia e necessidade de eleições. Frente à necessidade de autonomia das antigas colônias o JB também se empenhava em apontar para um futuro promissor do Brasil nas relações com os novos Estados independentes. Outro aspecto comum foi a identificação de Portugal como um país atrasado, pobre, quase que não europeu. É também de salientar que em plena ditadura militar a imprensa fizesse, ao menos no breve período aqui tratado, uma oposição clara e aberta ao regime português. Era quase como falar da democracia por vias indiretas. Chama a atenção ainda o fato de que o padrão das matérias não se alterou substancialmente, a despeito das conjunturas distintas de 1968 e 1974, no Brasil. Como dito anteriormente, a ascensão de Caetano foi contemporânea do endurecimento da ditadura brasileira, enquanto que sua queda ocorre no início do processo de abertura política gradual no Brasil. Ainda assim, não se assiste a grandes alterações ou cortes nas matérias publicadas. Este talvez tenha sido um padrão da relação que a ditadura estabeleceu com o que se escrevia acerca de Portugal. Por exemplo, o jornal *Portugal Democrático*, publicação da oposição portuguesa ao salazarismo no Brasil, circulou entre 1956 e 1975 sem grandes problemas com os órgãos censores (Silva, 2006).

65 Tomás e Caetano já estão em São Paulo. *Jornal do Brasil*, 21 mai. 1974. p.1.

Por fim, chama a atenção o tratamento dado a Marcello Caetano. É como se as mudanças esperadas, e afinal não ocorridas, fossem consequência quase que exclusiva do conhecido atraso português. Caetano, ao menos, tentara mudar alguma coisa, impedido, no entanto, pelas circunstâncias. Neste caso, jornalistas e acadêmicos se aproximam. Não foram poucos os historiadores que viram o marcelismo como uma “transição falhada”. De fato Caetano construiu, com alguma competência, a imagem de um liberal cercado por retrógrados de todos os lados. Claro está que existem exceções e algumas poucas matérias apontavam até para um Caetano à direita de Salazar. Mas elas não alteram a visão predominante a respeito do personagem aqui tratado. Marcello Caetano ao longo de sua vida chegou a aventar a possibilidade de autonomia das colônias. Em outros momentos fez também críticas a uma economia portuguesa excessivamente fechada aos mercados internacionais e tolhida em suas potencialidades por um Estado excessivamente controlador. Mas em nenhum momento de sua história, o quadro originário do Integralismo Lusitano aventou a possibilidade de reformas democráticas. Ao contrário, sempre desprezou o sistema de partidos e o modelo parlamentar. Ao menos para Portugal. Em diversas de suas cartas a Salazar, criticou a falta de espírito e prática corporativos na forma de gestão do regime. Ao personagem a imagem de liberal interessava. É como se estivesse, neste caso, à frente de Salazar. Foi tão eficiente neste sentido que em sua governação assistiu à forte oposição de correntes de extrema-direita. Enfim, pareceu de fato, um liberal desarmado. A construção da imagem pública é também um ato político. E neste caso Marcello Caetano foi muito eficiente.

AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao CNPq pelo apoio à pesquisa para a realização deste trabalho. Uma versão inicial deste artigo foi apresentada no Colóquio “Pensar las derechas en America latina en el siglo XX” realizado no Campus da UFMG 20 e 22 de agosto de 2018. O autor agradece aos comentários e sugestões dos colegas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Diogo Freitas do. *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*. Lisboa: Bertrand, 1996.
- BARBOSA, Márcio. *Marcello e Spínola: a missão do fim*. Coimbra: Almedina, 2011.
- BITTENCOURT, Marcelo. *“Estamos Juntos!” O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda, Kilombelombe, 2008.
- CANN, John P. *Contra-insurreição em África: o modo português de fazer a guerra (1961-1974)*. São Pedro do Estoril: Atena, 1998.
- CARVALHO, Thiago. O Brasil e o Fim do Império Português. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira; PINTO, António Costa (Organizadores). *Portugal e o fim do colonialismo: dimensões internacionais*. Lisboa: Edições 70, 2014. p.155-178.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de. *Alvorada em Abril*. Lisboa: Ulmeiro, 1984.
- CRUZ, Manuel Braga da. *O partido e o Estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- FERREIRA, José de Medeiros. *O comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Imprensa Universitária; Editorial Estampa, 1992.
- FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. As historiografias brasileira e portuguesa e o problema da transição para a democracia. In: FREIRE, Américo; NUNES, João Paulo Avelãs (Org.). *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados*. Coimbra/ Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra/ FGV Editora, 2013, p. 203-237.
- LOUÇÃ, Francisco. Francisco Pereira de Moura: the founder of modern economics in Portugal – 1925-1998. *American Journal of Economics and Sociology*, vol. 58, n. 2, p.361-364, 1999.
- MACQUEEN, Norrie. As guerras coloniais. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires. *A transição falhada: o marcelismo e o fim do Estado Novo*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004. p.263-300.

- MACQUEEN, Norrie. Portugal's First Domino: 'Pluricontinentalism' and Colonial War in Guiné-Bissau. *Contemporary European History*. Cambridge University Press. Vol. 8, n. 2, p.209-230, 1999.
- MARCHI, Riccardo. *Império, Nação, Revolução – as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974)*. Lisboa: Alfragide, 2009.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Marcelo Caetano: uma biografia (1906-1980)*. Lisboa: Objectiva, 2016.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A extrema direita portuguesa em dois momentos. *Studia Historica*. Historia Contemporânea, Salamanca, vol. 30, p.95-114, 2012.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Marcelo Caetano e a modernidade possível no Estado Novo português. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (Org.) *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.239-259.
- MARTINS, Fernando. NOGUEIRA, Alberto Marciano Franco (1918-1993). In: ROSAS, Fernando; BRITTO, José Maria Brandão de. (Direcção). *Dicionário de História do Estado Novo*. Volume II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p.670-671.
- MAXWELL, Keneth. *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MENESES, Filipe Ribeiro de. *Salazar: uma biografia política*. Lisboa: Dom Quixote, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de Historia*, vol. 38, p.195-216, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Organizadores). *O corporativismo em português: estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.17-43.

- PINTO, António Costa. Portugal e a integração europeia, 1945-1986. In: PINTO, António Costa; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Organizadores). *A Europa do Sul e a construção da União Europeia, 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p.17-43.
- PINTO, António Costa. *O Fim do Império Português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- PINTO, António Costa. *Salazar's dictatorship and European fascism*. New York: Social Science Monographs, Boulder, 1995.
- RÊGO, Victor Cunha. *Liberdade*. Lisboa: O Independente, 2004.
- REZOLA, Maria Inácia. As Forças Armadas, os Capitães e a Crise Final do Regime. In: ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coordenação). *A transição falhada. O marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2008. p.339-372.
- ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder: a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.
- SILVA, Douglas Mansur. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos Estado Novo*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra, 2009.